

**SE PARAR, A FRUTA APODRECE:
FORDISMO E SINDICATOS NO VALE DO SÃO FRANCISCO¹**

José Fernando SOUTO JUNIOR²

RESUMO: Este trabalho propõe analisar os resultados parciais da pesquisa sobre a ação dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais do Vale do São Francisco (1990-2008). O objetivo é entender a dinâmica desses sindicatos, os seus papéis e as suas relações com os poderes locais e os seus associados; a ação unificada entre os sindicatos rurais que constroem a Convenção Coletiva de Trabalho dos Trabalhadores Rurais do Vale do São Francisco, nos estados da Bahia e Pernambuco, e o chamado polo sindical, que agrega sindicatos pernambucanos e mantém uma em atuação comum.

PALAVRAS-CHAVE: Sindicalismo rural. Convenção Coletiva de trabalho. Vale do São Francisco.

Introdução

Esse artigo é resultado de pesquisas desenvolvidas com financiamento do CNPq entre os anos de 2010 e 2012 e 2013-2015. A proposta visa relacionar a pesquisa em sociologia do trabalho com elementos do desenvolvimento local, valorizando a ação organizada de sindicatos de trabalhadores rurais e do empresariado no desenvolvimento da fruticultura irrigada do Vale do São Francisco. O recorte temporal está demarcado entre os anos 1990 e 2008.

A região do submédio Vale do São Francisco tem a economia baseada num “arranjo produtivo local” com foco nas frutas de alto valor agregado para exportação. Este “modelo” foi pautado pelos interesses empresariais, que obtiveram forte apoio do Estado, entre os anos 1960 e 1980, na construção de toda a infraestrutura de produção, distribuição, pesquisa e financiamento das culturas de uva, manga, etc. (SOUTO JUNIOR, 2011; SILVA, 2009).

A problemática proposta para o desenvolvimento deste artigo está relacionada com o funcionamento deste “arranjo produtivo”, que não considerava as demandas dos trabalhadores até o ano de 1994, quando aconteceram as primeiras greves, e que a partir

¹ Esse artigo é resultado das pesquisas realizadas com apoio financeiro da FACEPE, em 2008, e do CNPq em 2010 e 2013.

² UNIVASF – Universidade Federal do Vale do São Francisco - Colegiado Acadêmico de Ciências Sociais. Juazeiro – BA – Brasil. 48902-300 – fsoutojr@hotmail.com

desta data deu início à incorporação das demandas dos trabalhadores na sua lógica de funcionamento por meio da criação da convenção coletiva de trabalho dos trabalhadores assalariados da fruticultura irrigada do Vale do São Francisco, expressão maior da modernização das relações de trabalho e da organização de interesses entre trabalhadores e empresários.

Mas quais fatores levaram ou facilitaram aos empresários e aos trabalhadores sentarem à mesa e findar negociando uma convenção coletiva de trabalho? Como se deu esse amadurecimento que culminou em uma mesa de negociação? Quem foram os principais personagens desse processo e o que os motivavam? Tentaremos responder essas questões em dois planos principais, separando elementos considerados de ordem estrutural e aqueles considerados de ordem conjuntural. A convenção coletiva de trabalho, fruto dos elementos conjunturais de disputa entre os atores em questão tornou-se ela mesma, após institucionalização, um elemento estrutural das relações de trabalho assalariadas.

Por plano estrutural estamos entendendo os seguintes pontos: a) os investimentos estatais para a construção da infraestrutura necessária para os perímetros de irrigação; c) as características do produto, frutas frescas, que necessitam de trabalho contínuo, sincronizado e distribuição rápida; d) as características dos sindicatos rurais; e) o emprego do modo tayloristas/fordista do processo de produção nas empresas/fazendas produtoras de frutas, elemento que garantiu maior controle sobre a força de trabalho, alta produtividade e, também, o controle de qualidade das frutas; e) as exigências do mercado consumidor externo, que por meio dos selos de certificação da qualidade para exportação, exigiam o cumprimento das normas do trabalho e à preservação do meio ambiente.

Para o plano conjuntural temos os seguintes pontos: a) a forma organizativa dos trabalhadores rurais assalariados, que iniciaram uma campanha de sindicalização e luta por direitos ainda nos anos 1990; b) a forma organizativa do empresariado e os seus interesses em negociar a convenção coletiva do trabalho; e, por fim, d) a intenção proativa do Ministério do Trabalho e Emprego e da Delegacia Regional do Trabalho, em Pernambuco, ao agir no sentido de fazer cumprir as leis do trabalho.

Estes elementos combinados, dialeticamente, condicionaram, a partir de 1994, que os sindicatos de trabalhadores e as organizações de interesses empresariais construíssem a primeira convenção coletiva de trabalho, válida para diversos sindicatos

localizados no Submédio Vale do São Francisco, entre os estados da Bahia e Pernambuco, inaugurando assim uma forma de negociação anual que incorporava as demandas dos trabalhadores.

O objetivo deste artigo é aprofundar a compreensão sobre os condicionantes que de forma estrutural e conjuntural culminaram na convenção coletiva de trabalho da fruticultura irrigada. Para isso, foi necessário pensar a organização dos interesses de trabalhadores e dos empresários, outros agentes e também como o trabalho estava organizado. Para analisar e desenvolver essa narrativa, optamos pelo método histórico-dialético. Foram produzidas e analisadas 16 entrevistas entre dirigentes sindicais, assessores técnicos dos sindicatos e das representações empresariais e representantes do Estado presentes no processo. Também foi utilizado o método da análise documental, período em que foi selecionado, classificado e catalogado os documentos disponíveis nos sindicatos e arquivos (ofícios, cartas, declarações, atas, matérias de jornais, etc).

Elementos Estruturais

Os investimentos estatais para a construção da infraestrutura necessária para os perímetros de irrigação

Em artigos anteriores chamamos atenção para os esforços do governo federal ainda nos anos 1960 para promover o desenvolvimento do Submédio Vale do São Francisco, região localizada no semiárido nordestino. Investimentos do Estado por meio da Sudene, Banco do Nordeste do Brasil, como tentativa de impulsionar a economia por meio de grandes projetos de irrigação, megaprojetos hidroelétricos nos anos 1970 (SOUTO JUNIOR; SILVA; LIMA, 2012; SOUTO JUNIOR, 2011).

As transformações na base produtiva da fruticultura irrigada promoveram um processo de reestruturação e intensificou a substituição dos pequenos produtores pelos grandes empresários fruticultores levando à redução dos níveis de emprego e deteriorando as condições de trabalho (SILVA, 2001 apud CORDEIRO NETO; ALVES, 2009, p.345).

Alguns fatores permitiram uma enorme capacidade de acumulação de capital, entre eles: a) a construção de toda infraestrutura por parte do Estado; b) o financiamento da produção a juros subsidiados pelo Estado; c) a criação e estruturação de instituições

científicas, também por parte do Estado, capazes de oferecer a custo zero ao empresariado uma matriz de conhecimento técnico-científico capaz de renovar a base técnica de produção e permitir a reprodução do capital e sua competitividade num plano internacional; d) a ausência de quaisquer mecanismos que assegurassem de forma eficaz o cumprimento da legislação trabalhista em parâmetros mínimos no campo, deixando os trabalhadores literalmente à deriva enquanto à acumulação se desenvolvia desenfreada; e) junto ao total desrespeito aos limites sobre as condições em que o trabalho era desenvolvido, acrescente-se o trabalho infantil e as enormes levadas de trabalhadores que chegaram à região e, sem nenhuma proteção do Estado, ingressavam como parte de um exército industrial de reserva, colaborando para manter sempre em níveis baixos os já baixos custos da reprodução da força de trabalho; por fim, f) a expropriação da base fundiária do camponês (SOUTO JUNIOR; SILVA; LIMA, 2012; SOUTO JUNIOR, 2011; SILVA, 2009).

Foram com essas bases favoráveis à acumulação, que no final da década de 1980, aconteceram as primeiras exportações das frutas. As primeiras levadas exportadas foram em quantidades reduzidas, mas suficientes para despertar o interesse do empresariado, que se organizou para disputar o mercado externo. Em 1988 foi criada a Associação dos Exportadores de Hortifrutigranjeiros e Derivados do Vale do São Francisco - VALEEXPORT. Desde então, a fruticultura seguiu em ascensão e hoje tem uma participação significativa no valor total das exportações de frutas brasileiras, alcançando o índice de quase 40% de toda a exportação³.

Com uma política baseada no desenvolvimento, o Estado foi o principal fomentador do desenvolvimento. Foram transferidos enormes recursos do Estado para a construção de toda a infraestrutura necessária à produção de frutas. Cavalcanti, Mota e Silva (2003, p.5) afirma que a modernização da região garantiu “[...] às empresas privadas um lugar privilegiado na condução da transformação dos espaços locais e no estabelecimento de elos com novas cadeias agroalimentares.”

O clima semiárido combinado com o sistema de irrigação tornou-se favorável a produção em larga escala de frutas de alto valor agregado

³ Cf.: Aliceweb (2008).

As condições naturais do Semiárido tornaram-se ideais, pois o solo é considerado de boa qualidade, há abundância de água do Rio São Francisco e os enormes períodos de seca quase sem chuvas, além da ótima luminosidade, tornaram-se uma potencialidade para a produção de frutas. Estas condições climáticas permitiram uma grande capacidade de planejamento para o empresariado cultivar as diversas culturas de frutas e, ao mesmo tempo, ofereceram a vantagem peculiar de maior previsibilidade e controle sobre a produção, permitindo um menor risco ao capital. Segundo Cavalcanti, Mota e Silva (2003, p.5), o “[...] semiárido nordestino tem vantagens comparativas em decorrência das condições de luminosidade, umidade e disponibilidade de água, que possibilitam direcionar a produção para qualquer época do ano e ocupar assim, janelas de mercado.”

Essas condições permitem a entrada de frutas oriundas do Vale no mercado exterior nas chamadas “janelas de mercado”, períodos do ano que os concorrentes internacionais não dispõem do produto. No caso do Vale, é possível produzir, anualmente, até três safras dos diversos tipos de uvas cultivadas na região. Essas janelas representam uma vantagem competitiva. Significa também que uma parte da mão de obra assalariada na fruticultura consegue manter o emprego durante o ano, em detrimento da maior parte dos trabalhadores contratados apenas nas épocas de colheita.

As características do produto: frutas frescas

Um dos pontos importantes para entendermos o processo de produção relacionado às frutas, diz respeito às características desse produto. Sendo uma fruta, produto fresco, a produção tem um tempo definido pela lógica de mercado para chegar às prateleiras dos supermercados ainda frescas. Ao mesmo tempo, ao empresário interessa atingir os períodos relacionados às janelas de mercado abertas, principalmente, no mercado internacional.

Para que a produção esteja em suas condições ideais para atingir os exatos momentos em que as janelas de mercado estejam abertas, as frutas devem ter seu tempo de produção planejado, do início até à colheita e embalagem, de forma que atrasos não podem ser admitidos, pois inviabilizam o produto em suas condições ideais para exportação e consumo, o que poderia levar a total perda do capital investido. O produto

deve estar bem acabado, não se admitindo manchas ou qualquer tonalidade que inviabilize sua estética ideal (CAVALCANTI, 1996).

Nesse contexto, o valor agregado aos produtos (polimento das frutas, tipos de embalagem, rótulos são valores que ultrapassam a produção como tradicionalmente considerada) foge ao controle direto de alguns atores sociais e os deixam vulneráveis frente aos demais. (CAVALCANTI, 1997, p.84).

Sendo assim, diferente de produtos manufaturados, a fruta tem uma vida útil bem menor e sua perda representa a perda de todo o capital investido. Não é possível reaproveitar, pois ela só conserva o capital em si enquanto está fresca, e sem manchas.

As características dos sindicatos rurais

Cabe aqui dissertar sobre as características relacionadas à própria estrutura sindical e que afeta os sindicatos rurais. Segundo Novaes (1991), a especificidade do sindicalismo rural brasileiro está no fato de que várias categorias estão sob o guarda-chuva do termo rural: assalariados, pequenos proprietários rurais, posseiros, pescadores, sem terra, etc, convivem na mesma agremiação. O resultado de tamanha diversidade seria uma complexa teia de interesses que dificulta a construção da unidade de ação entre os trabalhadores.

Costa e Marinho (2008) dissecaram o processo institucional do sindicalismo rural brasileiro analisando portarias e leis que regulamentaram o assunto. Para os autores, o resultado foi um modelo de sindicalismo que se desenvolveu como resultado dos embates entre comunistas, trabalhistas, católicos e o próprio Estado como agente ativo na disputa. O ponto importante para esses autores foi a construção da Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura). Para Novaes (1991), a Contag foi fundamental na construção da unidade entre os rurais e a diversidade de movimentos que surgiram com o advento do “novo sindicalismo” (SOUTO JUNIOR; SILVA; LIMA, 2012; SOUTO JUNIOR, 2011).

É necessário destacar exatamente o elemento da diversidade de categorias dentro do sindicalismo rural. Ele é importante como elemento para o entendimento da ação dos sindicatos na construção da convenção coletiva dos trabalhadores assalariados. Em

princípios de 1990, predominava um movimento orientado para os interesses dos pequenos produtores rurais dentro do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Petrolina (STTR).

Como categoria, os pequenos produtores definiam e davam o norte da ação sindical, num momento em que o assalariamento crescia exponencialmente. É possível perceber a dimensão dos conflitos surgidos daí. Foram os anos 1990 que o Vale do São Francisco deu início a uma das mais ativas e eficazes disputas no campo sindical. Com toda essa diversidade de categorias que compunha os sindicatos rurais, foram os assalariados que vieram a desempenhar o papel mais importante. Mesmo com um número expressivo de trabalhadores nessa condição, o STTR de Petrolina e os demais STTRs não desenvolviam uma só ação para essa categoria (SOUTO JUNIOR; SILVA; LIMA, 2012; SOUTO JUNIOR, 2011).

Apesar desses números expressivos, a ação política dos STTRs estava direcionada para os pequenos produtores. A organização dos assalariados aconteceu por uma iniciativa da FETAPE, que, em 1989, desenvolveu uma ação voltada para os assalariados a partir da experiência que havia desenvolvida na Zona da Mata de Pernambuco com os trabalhadores da cana de açúcar, deslocando para Petrolina uma advogada dos seus quadros, ameaçada de morte por usineiros, logo depois de ter seu marido economista, também assessor da FETAPE, assassinado após organizarem e assessorarem os trabalhadores da cana de açúcar. Com formação militante no movimento estudantil e na Igreja, Cida Pedrosa deu início a todo um processo de organização dos assalariados da fruticultura no início dos anos 1990 (SOUTO JUNIOR; SILVA; LIMA, 2012).

O processo de produção nas empresas/fazendas

Partimos do pressuposto de que: “[...] o trabalho industrial produtor de bens materiais é o paradigma do trabalho e esse paradigma teórico estende sua hegemonia teórica e prática às demais atividades humanas.” (TARDIF; LESSARD, 2012, p.16). Nossa tese é a de que o processo de produção na fruticultura obedece à lógica fordista. Este ponto é interessante para que seja pensada a forma em que o trabalho está

organizado. Nesse sentido, podemos também afirmar que “[...] os agentes sociais se definem por suas definições no sistema produtivo.” (TARDIF; LESSARD, 2012, p.16).

Para exemplificar, vamos simplificar e dividir o processo de produção da uva em três etapas composta por fases que se sucedem, onde espaço e tempo são racionalizados para que cada tarefa seja executada em perfeita sincronia com as demais. Ao mesmo tempo os indivíduos que ali trabalham estão submetidos a um sistema de vigilância e controle, punições e recompensas e os gestores são capazes de identificar o trabalho de cada um em cada fase do processo (BEYNON, 1995) por plaquetas numeradas colocadas nos caules das videiras.

A área de produção tradicional da uva é composta por parreiras que formam corredores, como se fossem ruas, com cerca de dois metros de largura, espaço suficiente para a passagem de um trator. Para exemplificar, partiremos da ideia de que o parreiral não é novo, não havendo necessidade de colocar uma etapa para plantá-lo, mas apenas de cuidar do que já existe. A primeira etapa do processo é desenvolvida em torno do parreiral (adubar e esperar os resultados, poda, raleio e colheita, etc); da segunda etapa fariam parte as fases relacionadas ao processo de embalagem (limpeza e classificação dos cachos na casa de embalagem – *packing house*, empacotamento, etc); e, por fim, a distribuição (via caminhão e navio; ou avião e caminhão até chegar às gondolas dos supermercados).

O processo de produção da uva obedece a uma lógica de tempos e movimentos na forma como o trabalho é organizado num determinado espaço, o parreiral. Os tempos de cada etapa do processo são definidos e cada uma das fases é desenvolvida por diferentes grupos de trabalhadores especializados. Assim, quem coloca o adubo ou o agrotóxico é um tipo de trabalhador, que entra no parreiral munido de seus equipamentos e em uma hora e espaço definido dentro de cada corredor, facilitando o controle das atividades desenvolvidas, por parte do patrão, e permitindo a este identificação de quem as fez, à medida que cada trabalhador fica responsável por um espaço pré-definido.

Quem faz a poda tem outro perfil de especialização e segue o mesmo padrão do processo descrito no parágrafo anterior com espaço e tempo previamente definidos. A mesma coisa com a fase do raleio, que é uma atividade de esculpir os cachos da uva retirando algumas uvas ainda na fase inicial para dar mais espaço para as demais

crecerem e o cacho ficar esteticamente adequado para o mercado. Essa atividade é geralmente entregue às mulheres.

Para um parreiral formado por 20 corredores, a gestão da produção é planejada para que em cada etapa do processo seja desenvolvida as atividades que permitam a sincronização entre os demais corredores entre os dias e meses de um período definido para a produção. Essas etapas e suas fases devem se encaixar e ser concluídas exatamente nos momentos em que as janelas de mercado estejam abertas no exterior.

Assim, na primeira fase do processo, por exemplo, a poda, quando o parreiral já está pronto, essa fase é feita apenas num determinado período de tempo. Imaginemos que a poda seja feita somente em um corredor por vez e que este trabalho tenha a duração entre um dia ou $\frac{3}{4}$ de dia. No dia seguinte o trabalho iniciará no segundo corredor e deverá terminar no mesmo período de tempo. Quando a poda chegar a um determinado corredor, o primeiro estará em condições plenas de receber a outra fase do processo e, assim, sucessivamente entre as diversas fases de produção até que sejam concluídas em perfeita sincronia.

Portanto, a sincronização das atividades é fundamental para que o parreiral possa ser trabalhado com previsibilidade suficiente para garantir a colheita, embalagem e distribuição nos tempos exatos em que as janelas de mercado estejam abertas. Não pode haver atraso porque as frutas não podem estragar. Por isso, esse nível de sincronização é todo controlado. Se o processo parar, a fruta apodrece.

As exigências do mercado consumidor externo

Por fim, esse é o último ponto dos elementos estruturais. Apontamos aqui um caminho que ainda deverá ser melhor investigado, mas que já nos permite algumas conclusões. Partindo de outros estudos, propomos a necessidade de uma maior atenção à relação entre o global e o local com esse tema. As investigações sobre as influências e determinações do mercado externo no plano das relações locais, principalmente nas condições de trabalho. Para as autoras que abordaram esse tema:

Os vínculos com os mercados ou possíveis consumidores passam a ser determinantes dos processos de organização do trabalho e controle dos trabalhadores nesses novos espaços produtivos, influenciando nos destinos das populações locais e controles exercidos sobre os seus

territórios, embora nem todos os resultados sejam virtuosos. (CAVALCANTI; MOTA; SILVA, 2003, p.4).

Partindo do pressuposto de que três universos comuns concorrem nessa determinação: “Comum a esses três universos existe os novos hábitos de consumo, processo de globalização dos agroalimentos e o papel dos capitais públicos e privados no atendimento da demanda de consumidores usualmente situados nos países do Norte.” (CAVALCANTI; MOTA; SILVA, 2003, p.4). Foi a partir dessas leituras que iniciamos uma reflexão sobre como esses elementos influenciaram ou podem ter influenciado a forma como o trabalho é desenvolvido na fruticultura do Vale do São Francisco.

Mais que isso, é possível pensar como as pressões relacionadas às demandas do mercado estrangeiro por ‘trabalho decente’ podem ter sido um elemento de coerção que concorreu para que se criassem as condições objetivas para as negociações sobre as convenções coletivas de trabalho.

Os compradores de frutas estrangeiros exigem que as frutas tenham uma qualidade aferida, que sejam certificadas, na esperança de que estas tenham condições adequadas para o consumo e também respeitem normas técnicas que garantam a qualidade, higiene e até o ‘consumo ético’ ou ‘consumo consciente’ do produto. Tais demandas estão relacionadas a um público consumidor dos países do norte e aos novos hábitos alimentares.

Para que isso aconteça, empresas se encarregam de promover a fiscalização do processo de produção de frutas de acordo com normas técnicas acordadas com os compradores estrangeiros e atestam a qualidade desses produtos por meio de ‘selos de qualidade’. A certificação envolve também questões éticas relacionadas à força de trabalho utilizada no processo de produção, bem como aos produtos utilizados durante o processo de produção da fruta e à maneira como foram empregados.

Nossa hipótese, ainda não confirmada, é a de que no contexto político dos anos de 1990, quando começaram as mobilizações dos trabalhadores no Vale do São Francisco, e com os desdobramentos para as negociações que culminaram na convenção coletiva de trabalho, esteve presente no cálculo de ação do empresariado o sentido que o desgaste traria para a exportação de frutas com as diversas denúncias sobre as condições de trabalho ou o trabalho infantil⁴.

⁴ Ver subtítulo “A forma organizativa dos trabalhadores rurais assalariados” do presente texto.

Elementos Conjunturais

A forma organizativa dos trabalhadores rurais assalariados

Em 1992, os STTRs de Petrolina e Santa Maria da Boa Vista fizeram denúncias sobre as condições de trabalho e isto fez com que os sindicatos passassem a existir dentro das grandes empresas para os assalariados. Ainda neste ano foi realizada a primeira assembleia dos trabalhadores assalariados rurais. O evento aconteceu no distrito de Izacolândia, em Petrolina, com a participação de cerca de 700 trabalhadores assalariados da fruticultura. Nessa época foram iniciadas as primeiras interlocuções com as grandes empresas produtoras de frutas, ao mesmo tempo a Delegacia Regional do Trabalho, em Pernambuco, iniciou um política de fiscalização e foram assinadas as primeiras carteiras de trabalho na fruticultura. Esse fato apontou para a modernização das relações de trabalho na fruticultura⁵.

O contexto de disputa daquele momento chamou atenção da imprensa, que registrou as primeiras notícias sobre a situação dos trabalhadores, que eram transportados da cidade para as fazendas em cima de carrocerias de caminhões⁶, quase não havia ônibus fazendo este tipo de transporte⁷. Outros registros apontaram a Sub-Delegacia Regional do Trabalho autuando mais de 20 empresas, entre elas, algumas empregavam menores de 14 anos de idade⁸. Notícias informavam sobre o uso do trabalho infantil nas plantações de frutas⁹. Uma cartilha sobre a campanha salarial de 1994 trazia a seguinte lista de reivindicações: 1. Salário justo; 2. Melhores condições de trabalho; 3. Transporte seguro e gratuito; 4. Assinatura da carteira de trabalho; 5. Fim da exploração da mão-de-obra da criança e do adolescente¹⁰.

Mas fazer o empresariado negociar não foi nada fácil, já que eram habituados a mandar e desmandar em suas propriedades. O processo foi adiante porque as grandes empresas que estavam irregulares foram as primeiras a ceder, outras atuavam de acordo

⁵ Para o entendimento desse momento recomendamos o artigo que faz o apanhado histórico desse momento de organização dos trabalhadores assalariados. Confira Souto, Silva e Lima (2012).

⁶ TRÊS mortos e 7 feridos em capotamento de caminhão. **Jornal do Commercio**, Recife, 03 jun. 1997.

⁷ **Jornal do Commercio**, Recife, 20 ago. 1996.

⁸ DRT notifica empresas com irregularidades. **Jornal do Commercio**. Recife, 1994?

⁹ SOBREVIVENTES da roça: a presença de menores nos projetos Nilo Coelho e Bebedouro, em Petrolina, pode chegar a 40%". **Jornal do Commercio**, Recife, 1994?

¹⁰ Campanha Salarial. Trabalhadores Rurais do Vale do São Francisco. Informe nº 1.

com a lei. A Delegacia Regional do Trabalho, em Recife, e a Sub-Delegacia Regional, em Petrolina, somaram esforços e atuaram de acordo com as denúncias pronunciadas pelos sindicatos.

Em ofício assinado pelos três principais sindicatos do Vale em Pernambuco, estes faziam uma denúncia citando mais de dez empresas/fazendas de produção de frutas, que faltavam com registro das carteiras de trabalho; além de transporte sem segurança e as péssimas condições de higiene e saúde. Por fim, solicitavam a participação da DRT em visitas de fiscalização. (SOUTO JUNIOR; SILVA; LIMA, 2012, p.45).

O marco da modernização das relações capital-trabalho no Vale foi a institucionalização das convenções coletivas de trabalho, ao reconhecer a existência de direitos e incluir o trabalho assalariado como elemento importante no processo de acumulação. A pauta negociada denunciou as condições de trabalho e os abusos a que os trabalhadores estavam submetidos. Os trabalhadores contaram com suas próprias forças e com uma conjuntura política favorável à organização, pois a única instituição do Estado que se fez presente ao lado deles foram os agentes da DRT. A Igreja Católica foi outro ator desse processo, chegando a ajudar a financiar a campanha salarial¹¹.

Foi em 1994 que aconteceu a primeira greve no Vale. Em decorrência disto a primeira convenção coletiva de trabalho da fruticultura foi negociada apenas para os limites territoriais de Petrolina e Santa Maria da Boa Vista, apesar da produção de frutas envolver outras cidades, inclusive, do Estado da Bahia, como Juazeiro, Sobradinho e Sento Sé. Apenas dois anos após a primeira convenção os sindicatos do Estado da Bahia iniciaram sua participação no processo de negociação. Atualmente cerca de dez sindicatos participam da campanha salarial unificada entre os Estados da Bahia e Pernambuco, perfazendo um total de cerca de 60 000 trabalhadores rurais, segundo informações do STTR de Petrolina¹².

Entre as principais conquistas da primeira convenção estavam: a mudança dos meios de transportes para os trabalhadores. A substituição do caminhão pelos ônibus, de forma gratuita; pagamento de salário mínimo mais acréscimo de 20%; licença gestante

¹¹ CESE (1994).

¹² Participam da construção e negociação da convenção coletiva, os seguintes sindicatos de trabalhadores rurais (STTRs): Petrolina – PE, Santa Maria da Boa Vista – PE, Belém do São Francisco – PE, Lagoa Grande – PE, Cabrobó – PE, Juazeiro – BA, Casa Nova – BA, Sento Sé – BA, Sobradinho – BA, Curaça – BA e Abaré – BA. Também estão as negociações: Federação dos Trabalhadores Rurais de Pernambuco – FETAPE, que assume um papel de protagonista; a Federação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – FETAG e a Central Única dos Trabalhadores – CUT.

de trinta dias a mais do que o previsto em lei; afastamento das mulheres grávidas da cultura do agrotóxico; benefício de faltar ao trabalho nos dias de prova para o caso do trabalhador estudante¹³.

A forma organizativa do empresariado e os seus interesses em negociar a convenção coletiva do trabalho

Duas questões saltam aos olhos quando entramos nesse tópico. Uma delas é a seguinte: quem ou qual instituição negociou com os trabalhadores? A resposta é óbvia! Como a demanda veio dos sindicatos de trabalhadores rurais, logo o sindicato rural que congrega os proprietários rurais seria o agente legítimo desse processo. A segunda questão que surgiu em decorrência da primeira foi: o que teria motivado o empresariado a negociar? Essa questão implica um raciocínio que nos faz pensar e rever a primeira questão. Vamos tentar respondê-la.

Quando os trabalhadores impõem uma agenda aos empresários e os ameaçam com greve, o alvo era as grandes produtoras de fruta para exportação, não eram os pequenos produtores. Nesse sentido, quem estava qualificado para organizar os produtores para exportação era a Valexport. Era esta a associação que tratava dos interesses dos exportadores. Nesse sentido, são os interesses desse grupo de produtores que entra diretamente em questão. O sindicato rural patronal não estava preparado e não participou como um agente ativo desse processo. Segundo José Otávio, assessor do empresariado nas negociações:

É uma associação, eles não podem negociar. Ali é uma negociação que sempre quando eu dava aula, eu falava nisso porque o sindicato patronal só vinha assinar pra legitimar formalmente o ato e até hoje é assim, até hoje é assim, eles, através da Valexport, eles conhecem hoje as lideranças, quem tem mais poder de persuasão e etc, e elegem um coordenador do grupo patronal de negociação e no final os representantes dos sindicatos patronais vem assinar o texto, eles nem... as vezes... nem participam das negociações, a gente sempre chama para eles ficarem lá, pelo menos como ouvintes, mas as vezes eles só vem no último dia mesmo, então é uma coisa que estranha, mas ainda bem que tem essa associação porque se não fosse a Valexport¹⁴.

¹³ Convenção Coletiva de Trabalho. Trabalhadores Rurais: Petrolina-PE e Santa Maria da Boa Vista-PE. Fevereiro de 1994.

¹⁴ Entrevista de José Otávio à equipe da pesquisa. Recife – PE, 30 Abr. 2012.

Para Paulo Mendes, representante nas negociações pela DRT de Pernambuco,

Do ponto de vista da DRT, nós conversamos, nós dialogávamos também com o empresariado, o empresariado tinha uma dificuldade de representação porque existia o Sindicato Rural que não representava o empresário moderno da fruticultura, o empresariado ele estava organizado na Valexport, a Valexport é uma instituição que visa mais a questão da exportação, não da representação sindical¹⁵.

Portanto, o setor moderno das negociações não estava investido da representação sindical, mas foi o *locus* privilegiado das negociações. Isso só reforça a nossa compreensão de que o empresariado associado à Valexport tinha uma compreensão muito presente do seu papel na condição de negociador e uma visão mais apurada sobre os negócios e suas implicações no que diz respeito à globalização e ao que estava em jogo com o mercado externo.

Segundo Cida Pedrosa, assessora do movimento sindical:

Isso foi a grande dificuldade da negociação, porque eles não tinham representação, veja, por que que durou dois meses? Eles eram organizados sim, enquanto força econômica, isso eles eram organizados, pra exportar, pra tudo, mas eles não tinham um sindicato da categoria, “Produtores do Vale do São Francisco”, como é que você vai pra mesa de negociação? Dois sindicatos negociam, ou um sindicato ou federações, você tem duas instituições que representam e negociam, não é assim? Você tem a interlocução posta, nós não tínhamos a interlocução posta, isso foi a grande discussão jurídica nossa, a quem notificar, porque pra você deflagrar a greve e deflagrar o processo de negociação, você tem que notificar um sindicato dizendo “nós trabalhadores tais, do sindicato tal, queremos negociar essa pauta”, você oficia, você manda um ofício e dá tantos dias pra eles responderem, ou seja, legalmente para uma convenção existir você tem um processo preparatório, isso foi uma das nossas grandes discussões: quem notificar? O sindicato rural velho de Petrolina, que nasceu com o mesmo tempo do sindicato de trabalhadores rurais de Petrolina, não representava o Vale, não representava a Milano, não representava nenhuma delas, a empresa de Aristeu, não representava por quê? Porque quem era que tava nesse sindicato rural, os chamados proprietários de área de sequeiro, que tinha aquele monte de terra, 400 hectares, entendeu, os cabras do sequeiro estavam ali, os velhinhos, do chapeuzinho que tem na feira, que tem uma vaca, isso não representava aquela outra produção de Petrolina, aí o que é que veio, por isso que as costura foram muito paralelas, porque na medida em que Gualberto, na mesa de negociação, e Aristeu apareciam, eles ficavam, me desculpe a expressão, “torando”, porque eles também não representavam ninguém, eles estavam organizados pra produção, pra terem lá na mesa grandes advogados [...] levaram como economista

¹⁵ Entrevista de Paulo Mendes à equipe da pesquisa. Recife – PE, 30 Abr. 2012.

pra negociação, então assim, eles tinham como bancar o aparato pra negociação, mas eles não tinham uma organização sindical que representasse os mesmos¹⁶.

Por outro lado, os relatos colhidos nas entrevistas, sejam dos sindicalistas ou dos representantes do empresariado ou mesmo dos mediadores que estiveram presentes no processo, é que havia uma grande divisão no empresariado sobre as negociações.

Segundo José Otávio, advogado que assessorou os empresários nas negociações:

Os produtores locais acharam primeiramente que isso era um movimento revolucionário, comunista, aquela coisa toda, era a primeira impressão, a gente teve que desmitificar isso [...] isso era prova do regime de livre mercado, mas eles tiveram muito medo disso, e eles nunca tinham ouvido falar, eles conheciam, pelos contadores e advogados, a CLT, sabiam que existiam os direitos a serem cumpridos, com relação aos trabalhadores rurais [...] além da cultura da negociação foi a cultura dos direitos em si que estavam sendo postulados [...] a gente gastava muito tempo para nivelar o entendimento até interno, *internas corporis*, como a gente chama, tinham divergências aí, todos eles tinham divergências, então a gente tinha que receber isso aí, nivelar internamente com os produtores, um convencer o outro, tirar uma proposta média para aí poder começar [...] Um papel de conscientização¹⁷.

O depoimento acima chega a aparecer em outras entrevistas com outros personagens que estavam presentes. O ponto a chamar atenção aqui é a divisão do empresariado, mas principalmente a ausência de uma cultura de negociação. De outra forma, podemos dizer que o que estava presente era a cultura do autoritarismo. O papel do assessor é conscientizar os empresários, que acreditavam que os trabalhadores eram revolucionários.

Mas, passada a fase de conscientização e que os empresários não mais estavam preocupados com a revolução dos trabalhadores, o que de fato motivou este grupo a negociar? A resposta parece ser óbvia: como a produção de frutas no Vale do São Francisco estava vinculada à região e não apenas a um Estado da federação, aceitar a convenção coletiva de trabalho foi unificar em toda a região os custos da força de trabalho.

Do ponto de vista empresarial eu acho que houve uma conquista bastante grande na uniformização dos custos. Imagina um produtor de

¹⁶ Entrevista de Cida Pedrosa à equipe da pesquisa. Recife -PE, 16 de dezembro de 2011.

¹⁷ Entrevista de José Otávio à equipe da pesquisa. Recife – PE, 30 de Abril de 2012.

Sento Sé é o produtor de Santa Maria da Boa Vista que tinha custos diferentes, salários diferentes, preços de tarefas diferentes, tinham. Então, se nivelou, foram nivelados os custos dos empreendimentos, isso aí eu acho que foi uma grande conquista, tanto que já se tentou, anos depois que houve um problema muito sério entre a representação da Bahia e Pernambuco, se falou em se dissociar e fazer duas negociações, por expressiva maioria dos produtores disseram não, vamos continuar juntos, por conta que nós estamos numa região socioeconômica só, única, então a gente tem que fazer o nosso nivelamento aí para que na haja *dumpping* numa área tal, essa coisa toda, então isso daí foi bastante importante¹⁸.

Portanto, havia um interesse claro presente nas negociações por parte do empresariado. A convenção coletiva estabeleceu regras que unificaram os custos do trabalho e colocando a competição num plano comum de disputa.

A intenção proativa do Ministério do Trabalho e Emprego e da Delegacia Regional do Trabalho

Nesse processo de negociação dos trabalhadores organizados, que redundou na convenção coletiva, teve destaque entre os agentes dessa história os representantes da Delegacia Regional do Trabalho e da Sub-Delegacia, em Petrolina-PE, inicialmente, e tempos depois em Juazeiro-BA. Naquela mesma época, Paulo Mendes, Sub-Delegado do Trabalho nos contou o seguinte:

Petrolina talvez seja o segundo ou terceiro município maior de Pernambuco e com atividade rural muito intensa e nesse momento que eu estou chegando assumia o Barelli, o ministro Walter Barelli, assumindo perante a Organização Internacional do Trabalho a existência de trabalho escravo no país, e nomeava uma pernambucana para a Secretaria de Inspeção, a Vera Jatobá, que normatizou a primeira intervenção organizada no setor rural, que era a instrução normativa nº 1 que previa o planejamento da fiscalização rural em todo o país, e então, nós fizemos um laboratório a partir dessas orientações da autoridade da fiscalização, da autoridade central da fiscalização, e nós fizemos um laboratório, que era diagnóstico e planejamento, então nós percebemos que nós tínhamos quase 80% de atividade rural e nós não tínhamos fiscalização rural em Petrolina, nem no Sertão, né, porque a Subdelegacia ela abrangia de Salgueiro a Araripina¹⁹.

¹⁸ Entrevista de José Otávio à equipe da pesquisa. Recife – PE, 30 de Abril de 2012.

¹⁹ Entrevista de Paulo Mendes à equipe da pesquisa. Recife – PE, 30 de Abril de 2012.

Fica evidente que no mesmo momento em que o Ministério do Trabalho adotava uma política voltada para o combate ao trabalho escravo, Petrolina foi considerada uma região específica que mereceu a ação fiscalizadora dessa política. Os resultados dessa política apontaram principalmente para o uso do trabalho infantil, ausência de carteiras assinadas e do agrotóxico.

A prioridade da fiscalização naquele momento, eu como subdelegado, era orientar a fiscalização para o combate ao trabalho infantil e aplicação indevida de agrotóxico, que há uma incidência muito grande de agrotóxico e falta de registro dos trabalhadores, sem carteira assinada, esse era os principais focos da fiscalização na época (...) Naquela época havia o domínio, muito intenso por parte do empresariado, porque os trabalhadores, a mão de obra trabalhadora ela era oriunda de economia familiar, de sequeiro²⁰.

Não por acaso, a política desenvolvida pela DRT com o propósito de combater o trabalho infantil, o trabalho escravo, a adequada aplicação de agrotóxicos, todos esses elementos facilitaram a convergência de interesses com os sindicatos rurais. Em momentos de ausência de recursos da Sub-Delegacia, o próprio movimento sindical, ainda sem recursos, ajudou emprestando carros, etc. Nesse sentido, a implementação da política sindical que culminou na convenção coletiva do trabalho da fruticultura irrigada teve a DRT e o seu Sub-Delegado como agentes estratégicos.

Segundo o assessor do empresariado, o advogado José Otávio, foi reconhecida a participação da DRT:

Bom, a gente tem, a gente teve um apoio grande do próprio Ministério do Trabalho que foi o mediador, a mediação do Ministério do Trabalho, naquele tempo isso não ocorreu com o Ministério Público, hoje o Ministério Público do Trabalho está entrando também nisso, mas naquela época não chegou a se manifestar, aí se tinha uma dificuldade nós tínhamos uma superintendência regional, naquele tempo era Delegacia Regional do Trabalho, em Pernambuco, Delegacia Regional do Trabalho, na Bahia, com representantes diferentes e os dois estavam mediando²¹.

A assinatura da convenção coletiva em 1994 contou com a presença do ministro do Trabalho como testemunha. Presentes também estavam os Delegados Regionais do Trabalho de Pernambuco e Bahia.

²⁰ Entrevista de Paulo Mendes à equipe da pesquisa. Recife – PE, 30 de Abril de 2012.

²¹ Entrevista de José Otávio à equipe da pesquisa. Recife – PE, 30 de Abril de 2012.

Considerações finais

O que tentamos demonstrar foi uma série de elementos que nomeamos de estruturais e conjunturais e que levaram o empresariado e os trabalhadores a negociarem a convenção coletiva dos trabalhadores da fruticultura. Marco nas relações de trabalho no Vale do São Francisco, entre Juazeiro e Petrolina, vários elementos confluíram para que a convenção passasse a ser uma realidade.

A ação em conjunto dos sindicatos rurais foi uma política defendida e estimulada pela Federação dos Trabalhadores Rurais de Pernambuco – FETAPE e a CONTAG. Essa política visou trazer ao mundo dos direitos os assalariados da fruticultura. Mas foi a demonstração de força dos trabalhadores que chamou atenção do empresariado local e que mudou uma cultura avessa a negociação. Outros fatores colaboraram para isso, como a ação conjunta dos sindicatos e o apoio da Delegacia Regional do Trabalho em Pernambuco que ajudou a empoderar os sindicatos. Motivada pelo desejo de erradicar o trabalho e escravo e o trabalho infantil, a DRT contribuiu para fortalecer a ação fiscalizadora dos sindicatos e tornou-se mediadora do processo de negociação.

Por parte do empresariado, pesou a necessidade de padronizar os custos de produção e manter preservado o processo de produção e as exportações, elementos motivadores centrais, pois com uma convenção assinada, evitou a imprevisibilidade e as consequências de uma greve para a produção de frutas. Assinar a convenção foi acima de tudo garantir previsibilidade à produção de frutas.

A primeira greve em meio à colheita deixou os empresários em pavorosa e demonstrou como tudo poderia ruir por conta das características do produto que pode apodrecer se o processo não for bem sincronizado. Se o processo parar, a fruta apodrece e com ela vai embora todo o capital investido. O processo de negociação costuma ser tenso. Assumem a frente das negociações os advogados da FETAPE, da FETAG e dos sindicatos patronais, no caso a Valexport. A questão salarial tem sido o ponto de destaque e o que, de forma mais intensa, mobiliza as bases.

Segundo as lideranças sindicais do STTR de Petrolina, a primeira convenção coletiva de trabalho foi a primeira do setor de frutas do Brasil, eles a chamaram de “salada de frutas”. Por outro lado, as convenções significaram um avanço para as

relações de trabalho na região. A partir delas e das mobilizações, os trabalhadores conquistaram o direito de ter carteira de trabalho assinada, transporte em ônibus para as fazendas e o fim do trabalho infantil. No entanto, nos dias atuais as contradições ainda se fazem presentes, cabendo a continuidade da luta.

***IF STOP, THE FRUIT PUTREFY:
FORDISM AND UNION OF WORKERS IN SAN FRANCISCO VALLEY***

ABSTRACT: *This paper analyzes partial results of a research about the action of the Union of Rural Workers from San Francisco Valley, Brazil, between 1990 and 2008. The aim is to understand the dynamics of the unions; its role and its relationship with local political actors and constituents; the unified action of unions which produce the Labor Collective Agreement of the rural workers in the São Francisco Valley in the states of Bahia and Pernambuco; and the so-called Union Pole, in which unions from Pernambuco work together in a unified political action.*

KEYWORDS: *Union of rural workers. Labor collective agreement. São Francisco Valley.*

REFERÊNCIAS

- ALICEWEB. **Agriannual 2001-2008**. 2008. Disponível em: <<http://aliceweb.desenvolvimento.gov.br/consulta>>. Acesso em: 18 nov. 2013.
- BEYNON, H. **Trabalhando para Ford: trabalhadores e sindicalistas na indústria automobilística**. São Paulo: Paz e Terra, 1995.
- CAVALCANTI, J. S. B. Frutas para o mercado global. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.11, n.29, p.79-93, 1997.
- _____. Globalização, novas regiões de produção agrícola e desigualdades sociais. **Caderno CRH**, Salvador, n.24/25, p.109-121, jan./dez, 1996.
- CAVALCANTI, J. S. B.; MOTA, D. M. da; SILVA, C. B. da. **Os trabalhadores no contexto da globalização dos alimentos**. São Paulo: EDUSP, 2003.
- COORDENADORIA ECUMÊNICA DE SERVIÇO [CESE]. **Ofício para o STR de Petrolina**. Salvador, 07 fev. 1994.
- CORDEIRO NETO, J. R.; ALVES, C. L. B. Ruralidade no vale do submédio São Francisco: observações a partir da evolução econômica do pólo Juazeiro-BA – Petrolina-PE. **Revista IDeAS: Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade**, Rio de Janeiro, v.3, n.2, p.324-361, jul./dez. 2009.
- COSTA, L. F. C.; MARINHO, R. J. A. A formação do moderno sindicalismo dos trabalhadores rurais no Brasil. In: COSTA, L. F. C.; FLEXOR, G.; SANTOS, R. (Org.). **REDD – Revista Espaço de Diálogo e Desconexão, Araraquara, v.7, n.1, jul./dez. 2013.**
-

Mundo rural brasileiro: ensaios interdisciplinares. Rio de Janeiro: EDUR: MAUAD X, 2008. p.119-147.

NOVAES, R. R. Continuidades e rupturas no sindicalismo rural. In: BOITO, A. (Org.). **O sindicalismo brasileiro nos anos oitenta.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. p.171-196.

SILVA, P. C. G. Dinâmica e crise da fruticultura irrigada no Vale do São Francisco. In: SILVA, A. G.; CAVALCANTI, J. S. B.; WANDERLEY, M. N. B. (Org.). **Diversificação dos espaços rurais e dinâmicas territoriais no Nordeste do Brasil.** João Pessoa: Zarinha Centro de Cultura, 2009. p.69-95.

SOUTO JUNIOR, J. F. O vale encantado do São Francisco: desenvolvimentismo e sindicalismo rural (1990 - 2008). **REDD:** Revista Espaço de Diálogo e Desconexão, Araraquara, v.3, n.2, p.1-15, 2011.

SOUTO JUNIOR, J. F.; SILVA, G. J. M.; LIMA, S. C. L. O lugar da ausência: luta de classes e direitos na fruticultura irrigada do São Francisco. In: SOUZA, R. C. A.; SPINOLA, C. A.; ALMEIDA, E. P. R. (Org.). **Rio São Francisco: ocupação territorial, problemas socioambientais: desafios e possibilidades.** Salvador: UNIFACS, 2012. p.77-90.

TARDIFF, M.; LESSARD, C. **O trabalho docente:** elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas. Petrópolis: Vozes, 2012.